

Missionários portugueses na China (séculos XVI–XIX) e os primeiros estudos sinológicos
Portuguese Missionaries in China (16th–19th Centuries) and the First Sinological Studies

Jiayi Guo

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0997-9069>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2989927527185473>

URL do artigo: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosasia/article/view/265878>

Recebido em: 23/02/2025. Aprovado em: 31/03/2025.

Editora responsável: Vitoria Ferreira Doretto.

Revista de Estudos da Ásia

Recife, v. 1, n. 1, 2025.

Coordenadoria de Estudos da Ásia, do Centro de Estudos Avançados da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

Website: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosasia>

Contato: revista.estudosdaasia@ufpe.br https://www.instagram.com/revista_estudos_asia

Como citar (ABNT)

GUO, Jiayi. Missionários portugueses na China (séculos XVI–XIX) e os primeiros estudos sinológicos. **Revista de Estudos da Ásia**, Recife, v. 1, n. 1, e265878, p. 1-27, 2025.

Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosasia/article/view/265878>. Acesso em: dd mmm. aaaa.



Licença Creative Commons (CC) de atribuição (BY) não-comercial (NC)

Os licenciados têm o direito de copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes e que sejam para fins não-comerciais.

A **Revista de Estudos da Ásia** não se responsabiliza por conceitos, análises, opiniões e ideias apresentados pelos autores dos textos, nem por conflitos de interesse entre autores, financiadores, patrocinadores e quaisquer outros eventualmente envolvidos e/ou citados nos textos. Os autores asseguram que o artigo não viola direitos autorais e que não há plágio no trabalho, responsabilizando-se pela reprodução e utilização de imagens, remissões e traduções, entre outros materiais.

MISSIONÁRIOS PORTUGUESES NA CHINA (SÉCULOS XVI– XIX) E OS PRIMEIROS ESTUDOS SINOLÓGICOS

*Portuguese Missionaries in China (16th–19th Centuries) and the First
Sinological Studies*

URL do artigo: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosasia/article/view/265878>

Jiayi Guo¹

Doutoranda no Departamento de Línguas e Culturas em Ciência da Linguagem da Universidade de Aveiro (UA), Aveiro, Portugal.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2989927527185473>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0997-9069>

E-mail: jiayiguo@ua.pt

¹ Mestre em Ensino de Chinês como Língua Estrangeira pela Universidade de Yanshan, graduada em Língua portuguesa pela Zhejiang University of Foreign Languages. Atualmente é professora de Língua e Cultura Chinesa na Universidade Federal Fluminense (UFF).

RESUMO

Entre os séculos XVI e XIX, com os Descobrimentos, as trocas entre o Oriente e o Ocidente tornaram-se cada vez mais intensas, e os missionários portugueses desempenharam um papel fundamental na introdução do saber ocidental no Oriente. Aproveitando a oportunidade de apresentar ciências e tecnologias à corte chinesa, eles conseguiram garantir vantagens para sua permanência no país. Ao mesmo tempo, enquanto promoviam a religião e a cultura ocidental na China, também se dedicavam ao estudo da sinologia. Embora o caminho dos missionários portugueses para a China, no contexto das flutuações das relações sino-portuguesas, não tenha sido fácil, a persistência e a dedicação de diversos portugueses ao longo dos séculos permitiram que os textos e obras relacionadas à China e à língua chinesa fossem transmitidos à Europa de forma escrita. Isso abriu novas possibilidades para o intercâmbio das culturas materiais e espirituais entre Oriente e Ocidente e impulsionou o surgimento e o desenvolvimento da sinologia na Europa.

Palavras-chave: missionários portugueses; primeiras relações sino-portuguesas; sinologia.

ABSTRACT

Between the 16th and 19th centuries, with the advent of the Age of Discovery, exchanges between the East and the West became increasingly intense, and Portuguese missionaries played a pivotal role in introducing Western knowledge to the East. Taking advantage of the opportunity to present science and technology to the Chinese court, they secured benefits for their stay in the country. At the same time, while promoting Western religion and culture in China, they also devoted themselves to the study of Sinology. Although the path of Portuguese missionaries to China, in the context of Sino-Portuguese fluctuating relations, was not easy, the persistence and dedication of many Portuguese over the centuries allowed texts and works related to China and the Chinese language to be transmitted to Europe in written form. This opened up new possibilities for the exchange of material and spiritual cultures between East and West and spurred the emergence and development of sinology in Europe.

Keywords: Portuguese missionaries; first Sino-Portuguese relations; sinology.

MISSIONÁRIOS PORTUGUESES NA CHINA (SÉCULOS XVI–XIX) E OS PRIMEIROS ESTUDOS SINOLÓGICOS

1 MISSIONÁRIOS PORTUGUESES NA CHINA

Nos séculos XVI a XIX, impulsionados pelo avanço do capitalismo e pela aceleração dos Descobrimentos, a cultura religiosa ocidental expandiu-se amplamente para além de suas fronteiras. Os missionários, com a missão de propagar a fé cristã, levaram as doutrinas religiosas a diversos países, com a China, um país de longa e rica tradição histórica, tornando-se um dos principais destinos de suas atividades. Como uma das primeiras nações capitalistas a iniciar a expansão marítima, Portugal desempenhou um papel pioneiro ao enviar missionários para a China. Contudo, conforme indicam os registros históricos, as atividades missionárias iniciais dos jesuítas portugueses enfrentaram inúmeros desafios (Zhu, 1995). O número de convertidos era insignificante em relação à vasta população chinesa, e a atuação dos missionários restringia-se majoritariamente ao círculo da elite intelectual. Assim, embora a disseminação da cultura religiosa ocidental fosse seu principal objetivo, os missionários recorreram a outras estratégias, como a introdução de conhecimentos científicos e tecnológicos ao governo imperial para assegurar sua permanência na China. Para melhorar o trecho e evitar qualquer ambiguidade, você pode reformulá-lo de forma mais precisa, destacando a progressão histórica da presença dos jesuítas em Pequim. Desde o século XVI, os jesuítas portugueses começaram a estabelecer contato com as autoridades chinesas em Zhaoqing, Cantão e Macau (Gomes, 1957). Foi somente mais tarde, graças ao seu destaque em áreas como astronomia, tradução e arquitetura, que conseguiram conquistar a confiança do imperador, assumindo cargos oficiais e, assim, gradualmente se estabelecendo em Pequim.

Na verdade, a presença dos missionários portugueses na China remonta ao século XV, mais especificamente à cidade de Macau (Guo, 2005). Em virtude de sua localização estratégica na costa sudeste da China, os portugueses estabeleceram inicialmente um porto em Macau², com o objetivo de apoiar o comércio marítimo no Oriente. Durante a segunda metade do século XVI, Macau transformou-se gradualmente em um centro de comércio de grande importância e em um ponto de conexão crucial entre a China e o mundo. Naquele período, os missionários

² Macau (澳門, Àomén) é uma Região Administrativa Especial da China localizada na costa sul da China. Colonizada por Portugal no século XVI, Macau foi o primeiro entreposto europeu na Ásia Oriental e permaneceu sob administração portuguesa por mais de 400 anos até ser devolvida à China em 20 de dezembro de 1999.

jesuítas ocidentais que desejavam entrar na China frequentemente passavam por Macau, apresentando suas qualificações e especializações ao imperador da dinastia Qing³, que selecionava aqueles mais aptos para integrar a corte imperial.

É inegável que a propagação da fé cristã era o principal objetivo dos jesuítas na China. Para facilitar sua integração, os missionários adotaram diversas estratégias, como o uso de vestimentas chinesas, o aprendizado da língua local e a imitação das práticas e posturas dos letrados chineses. Tais esforços visavam conquistar a aceitação tanto dos oficiais imperiais quanto da população em geral, criando um ambiente favorável à difusão da religião.

Além disso, os jesuítas demonstraram uma apreciação pelas tradições religiosas asiáticas, como o culto aos ancestrais, o que estabeleceu uma ponte simbólica entre o pensamento cristão e a filosofia confucionista. Esses detalhes aparentemente sutis contribuíram significativamente para estreitar as relações sino-ocidentais, promovendo um intercâmbio cultural profundo. A introdução de conhecimentos científicos e tecnológicos avançados pelos missionários ocidentais despertou o interesse dos governantes e intelectuais chineses. Entre o 29º ano do reinado do imperador Qianlong⁴ e o 6º ano do reinado do imperador Daoguang, todos os diretores⁵ do Departamento Astronômico Imperial⁶ eram missionários portugueses, e os cargos de vice-diretores também eram ocupados por portugueses durante o mesmo período.

O missionário português Fu Zuolin (傅作霖, 1713–1781), conhecido originalmente como Félix da Rocha, ingressou na Companhia de Jesus durante sua juventude para estudar a cultura religiosa. Ele chegou a Macau em finais de 1735 ou em inícios de 1736 por via marítima, e, um ano após, seguiu para Pequim, onde recebeu o nome chinês de Fu Zuolin (Guo; Li, 2003). Devido às políticas restritivas do governo da dinastia Qing em relação à pregação missionária para a população, a entrada de missionários estrangeiros na capital imperial era um processo complexo. Por esse motivo, Félix da Rocha, juntamente com outros missionários, dedicou-se ao estudo da astronomia, do calendário e das ciências, utilizando essas áreas como meios para dar continuidade às atividades missionárias.

³ A Dinastia Qing (1644–1912), estabelecida pelo povo manchu, representou o último regime dinástico da história feudal chinesa, abrangendo um período de 268 anos sob o governo de doze imperadores.

⁴ O Imperador Qianlong (乾隆帝) foi o sexto imperador da Dinastia Qing, governando a China de 1735 a 1796, embora tenha mantido influência até sua morte em 1799, mesmo após abdicar do trono em favor de seu filho. Seu reinado é considerado um dos mais prósperos e estável na história da China, abrangendo um período de grande crescimento econômico, expansão territorial e florescimento cultural.

⁵ Hierarquia de Cargos: Oficial Astrônomo/Oficial de Cálculo do Calendário/Oficial de Adivinhação→Vice-Diretor Geral→Diretor Geral

⁶ O Departamento Astronômico Imperial (Qintianjian, 钦天监) era uma instituição oficial responsável pela astronomia, o calendário e a adivinhação na China durante as dinastias Ming e Qing.

Em 1753, foi nomeado vice-diretor do Departamento Astronômico Imperial, onde iniciou oficialmente sua trajetória no serviço público. 21 anos depois, ascendeu ao cargo de diretor do Departamento Astronômico Imperial. Durante sua permanência no Departamento Astronômico Imperial, foi diversas vezes incumbido pelo governo de realizar medições geográficas em Xinjiang. Além disso, devido ao seu profundo conhecimento de astronomia, calendário e matemática, não apenas gerenciava as atividades diárias do Departamento Astronômico Imperial, mas também assumia diversas responsabilidades em projetos científicos temporários, algumas das quais estavam diretamente relacionadas à astronomia. Ao longo de seus mais de 40 anos em Pequim, participou de diversos projetos, sendo que dois deles eram exclusivamente dedicados à astronomia.

Ao longo de sua vida, Félix da Rocha fez valiosas contribuições para o desenvolvimento da astronomia e da geodésia na China. Entre seus feitos mais notáveis está sua participação na construção do Jihengfuchenyi (玑衡抚辰仪)⁷, o último grande instrumento de cobre fabricado durante a dinastia Qing, que ainda se encontra no Observatório Antigo de Pequim. Sua obra *Observações Astronômicas do Tibete* também desempenhou um papel de destaque nos estudos astronômicos da época, especialmente no que diz respeito ao Tibete⁸.

Além disso, sua colaboração na conclusão da obra *Exposição dos Instrumentos Astronômicos*, que levou oito anos para ser finalizada, também se tornou um dos principais livros de referência da astronomia chinesa, com ênfase nas tabelas de estrelas. Embora seu objetivo inicial fosse realizar missões religiosas em Pequim, Félix da Rocha dedicou grande parte de sua vida à astronomia e à geografia, contribuindo substancialmente para o avanço da pesquisa científica na China e promovendo o intercâmbio de conhecimentos astronômicos entre a China e Portugal.

José de Espinha (高慎思) nasceu em 1622, em Lamego, Portugal, e ingressou na Companhia de Jesus em 1739, onde iniciou seus estudos religiosos com o propósito de se consagrar à vida sacerdotal (Guo; Li, 2005). Após dez anos de formação, partiu para o Oriente, chegando a Macau, na China, em julho de 1750. Ele viajava acompanhado por Jean Joseph Marie Amiot (钱德明, 1718–1793), missionário francês, e Manuel de Mattos (罗启明, 1726–

⁷ Trata-se de um grande instrumento astronômico fabricado pelo Departamento Astronômico Imperial durante a dinastia Qing, destinado principalmente à observação e medição astronômica

⁸ O Tibete é uma região histórica e geograficamente distinta localizada na Ásia Central, que faz parte da China desde o século 20. É conhecida por sua paisagem montanhosa, que inclui o Himalaia e o Monte Everest, o ponto mais alto da Terra. O Tibete tem uma cultura rica, com uma forte tradição budista tibetana.

1764), também português, ambos possuindo habilidades específicas que complementavam a missão.

Ao chegar a Macau, os três informaram-se à diocese jesuíta de Pequim. Em resposta, em 18 de novembro de 1750 (16 de dezembro de 1750, no calendário gregoriano)⁹, quatro missionários já residentes em Pequim, incluindo Giuseppe Castiglione (郎世宁, 1688–1766), submeteram um memorial ao imperador Qianlong, destacando o amplo conhecimento do grupo em astronomia e geografia. Assim, José de Espinha e seus colegas chegaram a Pequim em 10 de outubro de 1751. No entanto, à época, os cargos de vice-diretores do Departamento Astronômico Imperial já estavam ocupados, e não existia precedente para a nomeação direta de recém-chegados a postos elevados nesse órgão. Embora José de Espinha fosse altamente capacitado em cálculos astronômicos, ele não pôde, inicialmente, ingressar no Departamento em uma posição de destaque.

Inicialmente, José de Espinha concentrou-se em atividades missionárias, conquistando reconhecimento entre os missionários em Macau, que relataram suas contribuições à Igreja em Roma (Rodrigues, 1990). Nesse contexto, a corte Qing deu início a uma importante empreitada científica: o levantamento cartográfico da região de Xinjiang. Em 1708, sob o reinado do imperador Kangxi¹⁰, missionários estrangeiros e estudiosos chineses haviam sido mobilizados para a realização de um levantamento cartográfico nacional. Contudo, devido a conflitos na região de Xinjiang¹¹, o trabalho foi interrompido em Hami, impossibilitando sua extensão para o oeste. Em 1755, com a estabilização relativa das áreas a oeste de Hami, o imperador Qianlong determinou a retomada do levantamento cartográfico da região. Para essa missão, foram designados Michael Benoist, Félix da Rocha e José de Espinha, que assumiram conjuntamente a responsabilidade de realizar essa tarefa de grande relevância científica e política (Guo; Li, 2005).

Michael Benoist (1715–1774), missionário francês, dominava astronomia, cartografia, arquitetura e outras áreas das ciências. Nessa expedição a Xinjiang, não assumiu responsabilidades diretas no mapeamento, participando apenas como um acompanhante observador (Feng, 1995).

⁹ A antiga China utilizava predominantemente o calendário lunar para organizar os ciclos de tempo. Este calendário é baseado nos ciclos da lua, com meses que começam na lua nova e têm aproximadamente 29,5 dias. Ele é ajustado com o uso de meses intercalados para manter o alinhamento com o ano solar.

¹⁰ O Imperador Kangxi (康熙帝) foi o quarto imperador da Dinastia Qing e um dos governantes mais destacados da história da China. Seu reinado durou de 1661 a 1722, o mais longo na história imperial chinesa, com 61 anos no trono.

¹¹ Xinjiang é uma região autônoma no noroeste da China, oficialmente chamada de Região Autônoma Uigur de Xinjiang. É a maior província da China em termos de área, cobrindo uma vasta extensão de território, incluindo desertos, montanhas e regiões de planície. Xinjiang faz fronteira com vários países.

Já Félix da Rocha e José de Espinha eram membros formais da equipe de mapeamento. De acordo com os registros: Em 1755, o bispo auxiliar Félix da Rocha e o padre José de Espinha foram enviados juntos para a região de *Western Tartary*¹², encarregados de mapear as áreas habitadas pelos povos Elutos e Torgutes, subordinados ao Império Qing (Rodrigues, 1990). Os Elutos, conhecidos na China como Erlute ou Erlute, referem-se às diversas tribos mongóis do oeste da China, distribuídas principalmente na região de Zungária, no atual Xinjiang. Os Torgutes, traduzidos em chinês como Turuhute, eram uma das divisões dos Elutos, localizados ao noroeste de Zungária, na região que atualmente corresponde à fronteira entre a China e o Cazaquistão.

Antes do início das atividades de levantamento geográfico, houve um período considerável de preparação, sendo que a expedição partiu para Xinjiang somente no início de 1760 e retornou a Pequim em janeiro de 1762. O trabalho de mapeamento foi realizado por duas equipes distintas, que seguiram rotas separadas: a rota sul, sob a liderança de José de Espinha e outros, que se estendeu até a região de Ili, e a rota norte, liderada por Félix da Rocha, que alcançou a área de Talbaktai. Embora não existam registros detalhados sobre a divisão específica das tarefas, pode-se inferir que a linha divisória entre as duas rotas foi o Monte Tianshan¹³, sendo que a rota sul percorreu a região ao sul da montanha, enquanto a rota norte seguiu o seu lado norte. O mapeamento abrangeu 20 pontos específicos, com ênfase na região de Zungária, no norte de Xinjiang (Guo; Li, 2003).

Em abril de 1760, após a conclusão das medições, José de Espinha e os demais membros da expedição retornaram a Pequim. O trabalho de levantamento foi realizado em duas etapas, e os pontos geográficos necessários para a elaboração do mapa de Xinjiang foram finalmente obtidos. Com base nesses dados, foi produzido o *Xiyu Tuzhi* (Atlas das Regiões Ocidentais), o qual foi submetido ao Conselho Militar Imperial. Paralelamente, o missionário francês e especialista em cartografia, Michael Benoist, foi incumbido de complementar o *Huangyu Quanlan Tu* (Mapa Completo da Terra Imperial) de Kangxi com as informações geográficas de Xinjiang e, posteriormente, da região tibetana. Este trabalho culminou na criação do *Qianlong*

¹² *Western Tartary* é um conceito histórico-geográfico amplamente mencionado em textos europeus medievais e do início da modernidade. O termo *Tartary* era utilizado como uma designação geral para os povos mongóis e outras tribos nômades da Ásia Central. Já a expressão *Western Tartary* referia-se às regiões ocidentais da Ásia Central e do Leste Europeu onde essas populações mantinham sua influência e atividades.

¹³ O Monte Tianshan é uma cadeia montanhosa localizada na Ásia Central, que se estende por vários países, incluindo a China, o Cazaquistão, o Quirguistão e o Uzbequistão. O Tianshan é uma das maiores e mais altas cadeias montanhosas da Ásia Central, com picos que chegam a mais de 7.400 metros acima do nível do mar. Também desempenha um papel importante na geografia e ecologia da área.

Neifu Yutu (Mapa Imperial de Qianlong), também conhecido como *Qianlong Shisan Pai Tu* (Mapa das Treze Divisões de Qianlong). Dessa forma, fica claro que José de Espinha, através de suas duas expedições a Xinjiang, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da cartografia dessa região, contribuindo substancialmente para o mapeamento e a compreensão geográfica do território.

Após retornar de Xinjiang para Pequim, José de Espinha retomou suas funções eclesiásticas. Importante mencionar que, na época, os missionários ocidentais em Pequim residiam predominantemente na Igreja de Xuanwu, também conhecida como Igreja do Sul, a qual ainda existe. Em 1766, o renomado acadêmico coreano Hong Daron (1731–1783) visitou essa igreja diversas vezes (Hong, 1995), onde instrumentos astronômicos e bibliotecas estavam disponíveis, o que oferecia um ambiente propício para os estudos. Assim, ele permaneceu por mais de uma década na Igreja do Sul, contribuindo como assistente de Liu Songling, Félix da Rocha e outros nas áreas de astronomia e ciências.

Em 1773, com a promoção de Félix da Rocha ao cargo de Superintendente do Departamento Astronômico Imperial, José de Espinha foi designado para ocupar o cargo de Vice-diretor. Em 1777, ele ascendeu novamente, assumindo o cargo de Vice-diretor.

Após a morte de Félix da Rocha, em 1781, José de Espinha foi nomeado Diretor do Departamento Astronômico Imperial, cargo de maior prestígio na instituição, posição que manteve até sua morte, em 9 de julho de 1788. Após seu falecimento, o cargo foi assumido pelo missionário português Andreas Rodrigues (c. ?–1796) (Qu, 1997).

Este resumo descreve a trajetória do missionário português José de Espinha na China, destacando sua participação em duas expedições de mapeamento em Xinjiang e sua atuação no Departamento Astronômico Imperial, onde trabalhou por 16 anos e ocupou a posição de Superintendente por 7 anos. Embora não tenha deixado obras publicadas nem participado de grandes projetos astronômicos e de calendários como seu contemporâneo Félix da Rocha, sua contribuição para o intercâmbio científico entre a China e o mundo ocidental foi significativa, desempenhando um papel essencial na continuidade e no fortalecimento da colaboração científica sino-portuguesa.

2 AS RELAÇÕES INICIAIS SINO-PORTUGUESAS

Em 1497, Vasco da Gama, a mando do rei de Portugal, partiu de Lisboa com o objetivo de encontrar uma rota marítima para o Oriente. A obra Viagens de Marco Polo já era

amplamente conhecida no Ocidente, e o relato das terras prósperas e antigas do Oriente despertava grande fascínio. A visão interessante dessa narrativa aumentava ainda mais a curiosidade dos europeus sobre a China. Após diversas expedições, em 1513, um navio português chegou ao estuário do Rio das Pérolas, marcando o início do comércio entre os dois países. Desde então, as relações entre Portugal e China perduram há mais de 400 anos (Huang,1997).

Nos séculos XVI a XVIII, Portugal foi uma das nações mais avançadas em termos de navegação, dominando vastos conhecimentos de astronomia e geografia. A coroa portuguesa enviou diversas expedições de navegadores para explorar as rotas marítimas orientais. A abertura dessas novas rotas comerciais facilitou o desenvolvimento do capitalismo primitivo e a acumulação de riquezas, impulsionada pela busca por ouro e outros tesouros. Superando inúmeros obstáculos, os portugueses contornaram o Cabo da Boa Esperança e chegaram ao distante Oriente. Na visão europeia da época, a China era concebida como uma terra próspera, repleta de seda, especiarias, porcelanas e ouro. Assim, em 1513, a frota portuguesa chegou ao sul da China, mas as autoridades locais de Cantão¹⁴ impediram o desembarque. Os portugueses foram forçados a realizar trocas comerciais clandestinas ao longo da costa sudeste, buscando lucrar com o comércio ilícito (Braga, 1949). Embora os portugueses desejassem obter riquezas da China, o império Ming, embora enfrentando grandes desafios internos e externos, ainda era uma potência centralizada e resistente a invasores. Nesse contexto, as primeiras relações sino-portuguesas foram marcadas por dificuldades e desafios.

Devido às restrições políticas da dinastia Ming¹⁵, a primeira missão portuguesa não conseguiu chegar a Pequim. No entanto, os portugueses, após subornarem oficiais locais, continuaram a realizar atividades comerciais ilegais, como o tráfico de crianças, o que levou o governo Ming a expulsá-los. Os portugueses, alegando não ter completado suas trocas comerciais, recusaram-se a deixar o país. Em 1521, o conflito culminou na primeira batalha armada entre chineses e portugueses, a Batalha de Tunmen, que é historicamente conhecida como a Batalha de Tunmen (Huang, 1997). Este foi o primeiro confronto direto da China com

¹⁴ Cantão é uma cidade localizada no sul da China. É uma das cidades mais antigas e importantes do país, com uma história que remonta a mais de 2.200 anos. Cantão é conhecida por ser um centro econômico, comercial e cultural.

¹⁵ A Dinastia Ming (1368–1644) foi uma das mais importantes e duradouras dinastias da história da China. Fundada por Zhu Yuanzhang, que assumiu o trono com o nome de Imperador Hongwu. Durante o período Ming, a China experimentou uma grande estabilidade interna, avanços significativos na economia, cultura e tecnologia, além de um fortalecimento do governo centralizado.

colonizadores ocidentais, embora o governo Ming ainda não tivesse plena consciência da ameaça representada pelos colonizadores europeus.

As primeiras fases das relações entre a China e Portugal podem ser subdivididas em três períodos distintos (Zhu, 1995). O primeiro período abrange os anos de 1516, durante o reinado de Zhengde¹⁶, até os primeiros anos do reinado de Jiajing¹⁷. Durante esse tempo, a monarquia portuguesa enviou várias embaixadas à China, com o intuito de estabelecer relações diplomáticas e comerciais com o governo Ming, buscando promover intercâmbios econômicos, políticos e culturais. No entanto, devido ao fato de Portugal não fazer parte dos países vassallos reconhecidos pela dinastia Ming, as autoridades locais impediram os portugueses de desembarcar no território chinês. Em vez disso, os portugueses estabeleceram-se em áreas costeiras do sudeste da China, como a região da ilha Tunmen, em Guangdong, e realizaram atividades comerciais clandestinas.

Entretanto, as ações dos portugueses não se limitaram ao comércio. Eles construíram habitações e fortificações, equiparam-se com armamento, como canhões e mosquetes, e realizaram saques a navios mercantes, além de sequestrar crianças locais para serem vendidas como escravas no exterior (Huang, 1968). Esses incidentes logo chegaram ao conhecimento do governo imperial em Pequim, gerando uma reação de indignação por parte de muitos oficiais, que exigiram a expulsão dos portugueses (Zhang, 1974). Embora vários oficiais, durante o reinado de Zhengde, tenham pleiteado a expulsão, as embaixadas portuguesas em Pequim conseguiram adiar essa medida, utilizando sua influência para prolongar a situação. Somente no início do reinado de Jiajing, o governo Ming emitiu uma ordem formal para a expulsão dos portugueses, que culminou em intensos confrontos e na expulsão dos mesmos da região de Tunmen (Gu, 2012).

No entanto, em 1523, um novo contingente português, composto por cinco navios e mais de mil pessoas, tentou estabelecer um novo ponto de apoio em uma baía ao sul da China. No entanto, a tentativa de estabelecimento foi rapidamente frustrada, pois as autoridades Ming detectaram a incursão e, por meio do uso de força militar, conseguiram desalojar os portugueses da região costeira de Guangdong. Esse episódio resultou na interrupção temporária das atividades portuguesas na região.

O segundo estágio das relações sino-portuguesas abrange o período de 1523 até cerca de 1549, durante o reinado de Jiajing (Zhu, 1995). Nesse intervalo, devido às dificuldades dos

¹⁶ O Imperador Zhengde (正德帝), foi o 10º imperador da Dinastia Ming da China, governando de 1505 até sua morte em 1521.

¹⁷ O Imperador Jiajing (嘉靖帝), foi o 11º imperador da Dinastia Ming da China, governando de 1521 a 1567.

portugueses em se estabelecerem nas áreas costeiras, decidiram direcionar suas ações comerciais para as regiões de Fujian e Zhejiang, buscando expandir suas atividades para o norte. Durante a dinastia Ming, a cidade de Ningbo era sede do Shibosi (Escritório de Comércio Marítimo)¹⁸, tornando-se um ponto de convergência para comerciantes chineses e estrangeiros, com o governo local adotando uma postura mais flexível quanto ao controle sobre as transações comerciais. Além disso, os comerciantes portugueses recorreram a subornos para influenciar os oficiais locais, o que facilitou o comércio na região de Zhejiang.

Durante a dinastia Ming, a cidade de Ningbo possuía um Escritório de Comércio Marítimo, que tinha como principal função receber os navios japoneses. Ao longo do tempo, a cidade se tornou um ponto de convergência para comerciantes de diversas origens.

Contudo, em 1523, ocorreu o famoso Distúrbio de Ningbo, quando embarcações japonesas, pertencentes a diferentes senhores feudais, se envolveram em violentos confrontos na cidade, resultando em massacres, sequestros e assassinatos de autoridades chinesas, além de incêndios que devastaram a região (Mei, 1999).

Em resposta, o governo Ming ordenou o rompimento das relações comerciais com o Japão e implementou um bloqueio marítimo severo. Entretanto, conflitos comerciais entre comerciantes chineses e portugueses culminaram em abusos, com os portugueses detendo e maltratando mercadores chineses. Esse comportamento gerou um grande descontentamento entre as autoridades chinesas, resultando na expulsão dos portugueses de Zhejiang. Por fim, os portugueses foram forçados a retornar à região de Guangdong, onde reestabeleceram suas operações comerciais (Zhang, 1974).

Diante dessas dificuldades, tanto os comerciantes chineses quanto os japoneses redirecionaram suas atividades comerciais para a ilha Shuangyu, localizada a uma curta distância da costa de Ningbo. Antes da chegada dos portugueses à região costeira de Zhejiang, já existiam grupos comerciais chineses, como os de Wang Zhi e Xu Dong, que operavam de forma substancial na ilha de Shuangyu, desenvolvendo um comércio exterior considerável (Zhu, 1995). Para evitar o controle das autoridades, os portugueses focaram suas operações nos grupos de comerciantes privados que já estavam estabelecidos no mar. Esses grupos, percebendo o potencial lucrativo de uma colaboração com os portugueses, formaram alianças comerciais com eles.

¹⁸ Shibosi (市舶司) era uma instituição oficial na China antiga responsável pela supervisão do comércio exterior, gerenciamento de comerciantes estrangeiros, arrecadação de impostos alfandegários e manutenção da ordem nos portos. Foi estabelecido pela primeira vez na dinastia Tang e atingiu seu auge durante as dinastias Song e Yuan, sofrendo mudanças nos períodos Ming e Qing.

Com o apoio das redes comerciais locais, os portugueses conseguiram expandir rapidamente suas operações na ilha Shuangyu. O comércio dos portugueses na região de Ningbo foi extremamente bem-sucedido, com um volume comercial superior a três milhões de taéis de ouro, sendo que metade desse valor provinha de transações com o Japão. Os lucros obtidos eram elevados, com retornos de três a quatro vezes o valor investido. A população da ilha ultrapassava os três mil habitantes, dos quais cerca de 1.200 eram portugueses, e havia mais de mil casas, além de igrejas e hospitais (Pinto, 1614).

Entretanto, antes de 1548, os portugueses já haviam alcançado um considerável crescimento na costa de Zhejiang.

No entanto, nesse ano, uma disputa comercial entre os portugueses e os comerciantes chineses resultou em um ataque noturno dos portugueses a vilarejos próximos à ilha Shuangyu, no qual dezenas de pessoas foram mortas e mulheres e crianças foram sequestradas (He, 2010).

O incidente gerou grande indignação entre os habitantes locais, que se reuniram em protesto, solicitando que as autoridades tomassem medidas contra os responsáveis.

O governador de Zhejiang, Zhu Wan, que já havia planejado um bloqueio marítimo rigoroso, tomou ações imediatas. Ele ordenou uma intervenção militar para dismantelar a presença portuguesa em Shuangyu, infligindo um golpe devastador aos comerciantes portugueses e aos grupos privados de mercadores chineses e japoneses (Zhang, 1974).

De acordo com os registros na *História Ming*, particularmente na biografia de Zhu Wan, as forças militares conseguiram destruir o porto de Shuangyu e frustraram as tentativas dos portugueses de consolidar um território na região costeira de Zhejiang (Pinto, 1614).

Enquanto os portugueses buscavam se estabelecer na província de Zhejiang, também começaram a explorar a região costeira de Wuyu, em Zhangzhou, na província de Fujian, com o intuito de encontrar um local para fixar residência (Zhang, 2000). Desde os primeiros anos do reinado de Jiajing, o porto de Yuegang em Zhangzhou já havia se consolidado como um importante centro de comércio internacional, devido à crescente presença de comerciantes estrangeiros. A localização estratégica da área, com sua abundância de portos e rios, proporcionava uma forma eficaz de evitar a fiscalização rigorosa das autoridades Ming. Diante disso, os portugueses começaram a expandir suas atividades comerciais na costa de Fujian, estabelecendo-se em Wuyu e em outras localidades adjacentes.

No entanto, essa situação de relativa prosperidade para os portugueses na costa de Fujian não perdurou por muito tempo.

No 27º ano do reinado de Jiajing, oficiais militares Ming destacados na região de Zhangzhou foram subornados pelos comerciantes portugueses, o que lhes garantiu uma certa liberdade para operar, com esse respaldo, os portugueses passaram a instaurar autoridades próprias e a realizar atividades ilícitas, que violavam as normas estabelecidas pelo governo Ming, o que gerou um clima de tensão na região (Zhang, 1974).

Pressionados pelos comerciantes locais, o governo Ming ordenou a proibição do comércio entre os chineses e os portugueses, ao mesmo tempo em que mobilizou uma força militar para atacar o porto de Wuyu.

A frota militar Ming, composta por mais de cem embarcações e carregada com soldados, cercou o local e destruiu todos os treze navios portugueses ancorados nas águas costeiras de Zhangzhou (Pinto, 1614). Não muito tempo depois, os portugueses que ainda mantinham atividades na região de Fujian sofreram uma derrota significativa em Zhaoan, resultando em pesadas perdas. A repressão conduzida por Zhu Wan teve um impacto considerável, pois não apenas destruiu as operações comerciais dos portugueses, mas também eliminou os oficiais chineses que colaboravam com eles. Isso fez com que os portugueses perdessem o apoio que tinham entre as autoridades locais e, como consequência, abandonassem a costa de Fujian e recuassem para a região costeira de Guangdong (Zhu, 1995).

A terceira fase das relações entre a China e Portugal no período inicial ocorreu entre 1549 e 1555 (Zhu, 1995). Durante este intervalo, os portugueses, após terem sido expulsos, retornaram à região de Guangdong e Macau. Para garantir uma presença duradoura na China, empregaram estratégias como o suborno de oficiais locais, o recrutamento de comerciantes costeiros e a colaboração com o governo Ming na repressão aos piratas e rebeldes. Por meio dessas táticas, estabeleceram várias bases em áreas costeiras, como Tunmen, Langbai Ao e Xiangshan Ao. Em 1557, os portugueses conseguiram, das autoridades locais do governo Ming, o direito de arrendar Macau por um longo período (Pinto, 1614). Esse evento marcou o início de uma nova era nas relações sino-portuguesas. Contudo, apesar de terem obtido o direito de arrendamento de Macau, os portugueses não controlavam a jurisdição nem a soberania tributária, que continuavam sob a autoridade do governo Ming. Os portugueses eram obrigados a pagar o aluguel periodicamente.

A razão pela qual os portugueses conseguiram obter o direito de arrendar Macau das autoridades Ming é explicada de diferentes maneiras pelos estudiosos. Após análise, acredita-se que os seguintes fatores tenham contribuído para isso:

Primeiramente, após os fracassos enfrentados pelos portugueses ao longo das costas de Guangdong, Fujian e Zhejiang, entre o final do reinado de Zhengde e o meio do reinado de Jiajing, eles aprenderam importantes lições. Reconhecendo o poder do governo Ming, os portugueses passaram a moderar suas ações nas regiões costeiras. Inicialmente, haviam adotado uma abordagem de conquista territorial por meio da força militar, mas passaram a focar nas atividades comerciais, adotando uma postura mais diplomática, evitando a ocupação de território chinês, com o objetivo de modificar a percepção que o governo chinês tinha deles e enganar tanto a população quanto as autoridades locais.

Ao chegarem a Guangdong, os portugueses ocuparam terras, construíram fortificações armadas, praticaram violência, saques e até o tráfico de pessoas, o que gerou grande temor entre a população local e inquietação nas autoridades (Wang et al., 2003). No entanto, ao retornarem a Guangdong na metade do reinado de Jiajing, a postura dos portugueses havia mudado significativamente. Eles passaram a agir de maneira menos agressiva, o que se deve tanto à vigilância mais rigorosa do governo Ming quanto à mudança estratégica dos próprios portugueses. Essa transformação na conduta contribuiu para a diminuição dos conflitos entre os portugueses e os habitantes da região costeira de Guangdong, criando condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento.

Adicionalmente, o comércio realizado pelos navios portugueses trouxe benefícios econômicos tanto para os comerciantes locais quanto para as autoridades de Guangdong (Zhu, 1995), que podiam cobrar impostos sobre esse comércio. Esse fluxo de benefícios foi um fator crucial para que, no final do reinado de Jiajing, o governo Ming aceitasse a presença portuguesa em Macau, permitindo-lhes estabelecer uma base mais sólida na região.

Em terceiro lugar, a situação política nas regiões costeiras do sudeste e o desejo do governo Ming de aproveitar a força dos portugueses para combater os japoneses, piratas e camponeses rebeldes. Este foi um dos principais fatores que permitiram aos portugueses estabelecerem-se em Macau.

Na metade do reinado de Jiajing, os conflitos entre a China e o Japão foram intensificados. A gravidade dos conflitos dessa época superou em muito os distúrbios ocorridos no início da dinastia Ming. O conflito dessa fase foi em grande parte causado pela política rigorosa de proibição do comércio marítimo imposta pelo governo Ming. Milhares de comerciantes, pescadores e camponeses, que dependiam do comércio marítimo para sua subsistência, vendo-se privados de seus meios de vida

devido ao isolamento imposto pelo governo, passaram a se envolver em atividades ilegais. Esses grupos se aliaram com comerciantes e piratas japoneses, e com o apoio de alguns senhores feudais japoneses, começaram a praticar o contrabando armado. Alguns ocidentais também se juntaram a esses grupos, tornando a composição dessas forças ainda mais complexa. O governo Ming passou a chamar esses grupos de Wokou, adotando medidas drásticas para reprimir essas atividades. A partir de 1549, as incursões dos Wokou atingiram seu ápice nas costas de Fujian e Zhejiang. Embora a costa de Guangdong não fosse tão afetada pela presença de Wokou, também houve algumas atividades de grupos armados no mar (Wang, 1988).

A partir dos eventos descritos, fica evidente que os portugueses, em pelo menos duas ocasiões, desempenharam um papel importante ao auxiliar o governo Ming na repressão dos Wokou e rebeldes, o que resultou no fortalecimento de sua posição na região. Foi também nesse período que o oficial Wang Baixu, responsável pela segurança da costa de Guangdong, permitiu que os portugueses ocupassem temporariamente Macau.

Embora alguns oficiais locais tenham se oposto à presença dos portugueses e solicitado sua expulsão, essas petições não foram aceitas pela corte Ming. Em contraste, a proposta de permitir que os portugueses permanecessem em Macau foi prontamente aceita pelo governo Ming, consolidando a permanência portuguesa na região (Dai, 1984).

Durante o reinado de Jiajing, o governo Ming adotou uma política de tolerância devido a necessidades políticas e econômicas, permitindo que os portugueses estabelecessem uma base sólida em Macau. Com o tempo, os portugueses passaram de comerciantes a administradores locais, adotando um sistema autônomo inspirado nas suas práticas internas. Em 1586, eles formaram um Senado composto por seis membros, encarregados da administração local, sinalizando uma transição para um modelo de governança colonial (Zhu, 1995).

No entanto, o governo Ming continuou a exercer um controle rigoroso sobre Macau, mantendo a soberania do território, incluindo o controle judicial e algumas funções administrativas, o que pode ser observado em diversos aspectos da gestão do território (Yin; Zhang, 2009).

Primeiramente, Macau era uma área temporariamente cedida pelos portugueses ao governo Ming, com a obrigação de pagamento de um aluguel anual (Huang, 1968). A partir do início do período Wanli, os portugueses passaram a pagar uma taxa fixa de mil taéis de prata anualmente. Após a conquista de Cantão pelos manchus, com o apoio dos portugueses, esse valor foi reduzido para 600 taéis durante o reinado de Kangxi, e, a partir do reinado de

Yongzheng¹⁹, foi estabilizado em 500 taéis anuais (*Emperor of the Ming Dynasty Record*, 1588). Somente após a Guerra do Ópio, em 1887, com a assinatura do *Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português*²⁰, os portugueses deixaram de pagar o aluguel. Em segundo lugar, o controle das tarifas aduaneiras de Macau permaneceu nas mãos do governo Ming (Huang, 1968). A corte Ming determinou que as mercadorias dos países tributários não seriam taxadas ao entrar em Macau, mas mercadorias de comerciantes estrangeiros deveriam pagar um imposto de 20% (Chen, 1968). Inicialmente, os portugueses pagavam o imposto em prata, em vez de mercadorias, e o governo local de Macau não apresentou dados precisos sobre a arrecadação. No entanto, é sabido que o sistema fiscal era rigorosamente administrado pelo governo Ming. Por fim, a legislação, a administração judicial e muitas funções administrativas em Macau continuaram sob o controle direto do governo Ming durante toda a dinastia (Huang, 1968).

Com o crescente desenvolvimento comercial, Macau se consolidou como um ponto de grande importância no comércio internacional e um centro de intercâmbio cultural entre a China e o resto do mundo.

Portugal foi o primeiro país ocidental moderno a estabelecer um contato oficial com a China. Embora as relações sino-portuguesas tenham atravessado diversas fases e transformações, é inegável que as interações entre os dois países desempenharam um papel crucial na abertura de novas portas para o intercâmbio entre a China e o Ocidente, promovendo avanços significativos tanto no campo econômico quanto no cultural para ambas as nações.

3 OS PRIMEIROS ESTUDOS DE SINOLOGIA PORTUGUESA

O primeiro desafio que encontramos ao adentrar neste campo de pesquisa é a questão terminológica associada ao termo Sinologia.

Dentro da tradição das línguas ocidentais, o conceito de Sinologia evoluiu ao longo do tempo. O primeiro cargo acadêmico relacionado ao estudo da Sinologia foi estabelecido na França, em 11 de dezembro de 1814, com a criação da *Une chaire de langues et de littératures chinoises et tartares-mandchoues* na Academia Francesa (Luo et al., 1997). Esta data reveste-

¹⁹ O Imperador Yongzheng (雍正帝), foi o quinto imperador da Dinastia Qing da China, governando de 1722 a 1735.

²⁰ O Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português foi um acordo assinado em 1887 entre o Império Qing e o Reino de Portugal em Pequim. Na historiografia chinesa, esse tratado é frequentemente considerado um tratado desigual.

se de um significado decisivo, não apenas para o meio sinológico francês, mas para toda a comunidade sinológica europeia (Dai, 2004). No entanto, neste momento, o termo *Sinologie* ainda não estava presente na língua francesa, nem tampouco existia o termo correspondente em inglês, *Sinology*.

O primeiro registro do termo *Sinologie* em francês aparece em um artigo de L.A.M. Bourgeat, publicado na terceira edição da *Mercure étranger* em 1814. Mas o termo só foi oficialmente incluído no dicionário francês em 1878. No contexto anglófono, *Sinology* deriva do francês, e acredita-se que tenha sido incorporado ao dicionário inglês por volta de 1882 (Yin, 2003).

Os proeminentes sinólogos europeus, argumentam que o uso de sufixos como -ologia para designar áreas de estudo é uma prática do século XIX, sendo *Sinology* um termo relativamente recente. A primeira ocorrência do termo data de 1838, com outra aparição em 1857.

A definição de Sinologia como o estudo das coisas chinesas é uma formulação mais recente, começando apenas por volta de 1882. Assim, pode-se afirmar que, entre 1860 e 1880, o termo Sinologia, em seu sentido moderno, se consolidou. Durante este período, o estudo da China e a própria China começaram a se afirmar como um campo acadêmico especializado (Franke, 2002).

Porém, alguns estudiosos também apontam que, por vezes, o termo é grafado como *Sinologue*, uma forma ainda utilizada ocasionalmente pelos sinólogos europeus (David, 2001). Apesar das divergências em relação à etimologia de *Sinology*, a compreensão acadêmica de seu significado permanece amplamente uniforme: Sinologia refere-se ao estudo das línguas, civilização e história da China, tal como realizado pela academia ocidental. Durante a formação inicial da Sinologia no Ocidente, estudiosos chineses participaram ativamente do processo, e muitos dos trabalhos sinológicos escritos por missionários jesuítas na China foram revisados e, em alguns casos, colaborados por eruditos chineses. Contudo, após o estabelecimento da Sinologia como disciplina acadêmica, o termo Sinologia passou a se referir exclusivamente ao estudo da língua, civilização e história da China realizado por ocidentais.

A Sinologia ocidental, desde o seu surgimento, manteve uma relação intrínseca com a cultura nativa chinesa. Foi nesse processo de intercâmbio cultural concreto que o Ocidente começou a acumular conhecimento sobre a China e, gradualmente, a constituir a Sinologia como uma disciplina especializada.

A China e a Europa, localizadas nas extremidades opostas do continente eurasiático, são separadas por vastos desertos e montanhas imponentes. Nos tempos antigos, eram os povos

nômades, situados nas regiões centrais da Ásia, que estabeleciam a conexão entre essas duas extremidades. Através de tradições orais e relatos de viajantes, transmitidos ao longo das gerações, formaram-se os primeiros conhecimentos ocidentais sobre a China, uma mistura de mitos e lendas. Com as campanhas romanas para o Oriente e, logo depois, a invasão das tropas mongóis, o conhecimento europeu sobre o Oriente passou a transitar de uma visão mitológica para uma realidade mais palpável. De acordo com os estudos, a sinologia europeia primitiva pode ser dividida em duas fases: a sinologia de relatos de viagem e a sinologia missionária.

Antes do final da dinastia Ming, a sinologia era geralmente chamada de sinologia de relatos de viagem, que se referia às obras dos viajantes ocidentais, que descreviam principalmente a geografia, os costumes e a cultura da China. Através dessas obras, eles transmitiam uma imagem de uma China distante e misteriosa para o Ocidente (Zhang, 2009).

Nos séculos XVI e XVII, Portugal era como um grande porto voltado para o mundo, de onde sucessivas gerações de portugueses partiam em suas naus de velas altivas. Após longos anos desafiando as ondas e os ventos, chegavam ao Oriente. Eles seguiam de portos prósperos do sul, como Cantão, Macau, Quanzhou e Ningbo, rumo ao norte. Alguns, contornando a sinuosa Grande Muralha, avançavam para terras distantes e desoladas, como as atuais Gansu e Mongólia Interior. Entre esses viajantes, havia políticos, missionários, comerciantes, militares, acadêmicos e aventureiros. Suas identidades, no entanto, não eram fixas; os objetivos, as circunstâncias e as formas de interação os faziam adotar diferentes papéis, e não era raro que um único indivíduo desempenhasse múltiplas funções. Além disso, as distintas origens, níveis de educação e experiências únicas vividas nesse desconhecido território contribuiu para o surgimento de um fenômeno novo e peculiar na literatura portuguesa e europeia dos séculos XVI e XVII: a literatura de viagens portuguesa.

Essas obras não foram escritas por autores profissionais e se apresentavam em diversos formatos e estilos, desde romances longos, epopeias, tratados e relatórios até diários de navegação, guias de viagem, crônicas de impressões, cartas e anais.

Por exemplo, em 1517, Portugal enviou o primeiro embaixador europeu à China, Tomé Pires, que entregou uma carta de aliança ao imperador chinês (Nascimento, 2025). Pires e seus sete acompanhantes permaneceram em Guangdong por três anos e, finalmente, em 1520, foram autorizados a seguir para a capital, chegando no ano seguinte.

No entanto, a situação não durou muito. Devido aos comportamentos violentos de alguns portugueses em Tunmen e Malaca, que enfureceram a corte, Pires e sua comitiva foram levados de volta a Guangdong, onde foram feitos prisioneiros,

juntamente com outros portugueses, como reféns (*Emperor of the Ming Dynasty Record*, 1588).

Após isso, o destino de Pires é incerto; há quem diga que foi libertado (Pinto, 1614), enquanto outros afirmam que morreu na prisão. O primeiro embaixador português enviado à China nunca mais deixou o país.

No entanto, foi na prisão que surgiu um importante documento sobre as primeiras relações entre China e Portugal: as *Cartas dos Cativos de Cantão*. Essas cartas foram escritas por dois portugueses que estavam presos e trazem descrições detalhadas sobre a geografia, administração, justiça, comércio, forças armadas e a vida cotidiana na China. Uma das cartas narra o trajeto desde a missão de Pires até a prisão, além de relatar o comércio dos portugueses na China. Também descreve com detalhes a geografia, a administração judicial, a produção, o comércio, as forças militares e o cotidiano do povo chinês, com especial atenção para a província de Guangdong.

Nela, é destacado que Guangdong é a única província onde estrangeiros podem interagir e comerciar, e que estranhos não podem entrar nem sair da China (parágrafo 31). Vieira critica o sistema judicial e administrativo da China, alegando que os juízes não deveriam ser locais e que sua rotação periódica evitava envolvimento com interesses locais, além de aplicar a lei com severidade (parágrafo 35). Ele também observa que as províncias costeiras tinham grande demanda pelos produtos trazidos pelos estrangeiros (parágrafos 42 e 43), e expressa admiração pela capacidade produtiva da China naquela época (Loureiro, 1992).

Vale destacar que Pires, que foi enviado à China como embaixador, era originalmente um botânico e farmacêutico da realeza. Em 1515, ele escreveu em *Suma Oriental*, a primeira geografia completa do Oriente escrita por um português, que inclui a primeira descrição da China por um observador português. Ele não apenas registrou as condições comerciais com a China, mas também descreveu as principais características da civilização chinesa.

Mais lendária ainda é a história sobre os acontecimentos após sua difícil experiência em Cantão, segundo relatos de outro aventureiro português, Pinto, em sua obra *Peregrinação*, Pires, após ser libertado, teria vagado pelo norte de Guangdong e se casado com uma mulher chinesa, deixando descendentes mestiços sino-portugueses (Pinto, 1614).

Segundo Pinto, sabemos que a missão política de Pires falhou, mas ele se adaptou e se integrou a uma civilização completamente diferente. Esse relato é frequentemente acreditado, pois adiciona um toque de humanidade a uma história histórica, de maneira que torna os fatos mais acessíveis e interessantes.

Ao falar sobre os diários de viagem e o estudo da sinologia na Europa, não podemos deixar de mencionar o lendário Fernão Mendes Pinto, autor de uma das obras mais importantes da literatura portuguesa, *Peregrinação*. Este livro é a obra mais renomada da sinologia de viagens portuguesa da época. À primeira vista, *Peregrinação* parece um diário autobiográfico, onde o autor é tanto narrador quanto protagonista, registrando 21 anos de experiências difíceis no Oriente. Com 226 capítulos, as pessoas tendem a considerar o livro mais como um romance longo que mistura realidade e imaginação, devido ao fato de que tanto as paisagens maravilhosas do Oriente, como as incompreensíveis tradições exóticas, quanto as experiências complexas e extravagantes do próprio Pinto são tão exageradas e fantásticas.

O livro contém 89 capítulos sobre a China, o que representa cerca de um terço da obra. Além de relatar suas viagens ao longo da costa chinesa, Pinto também cita vastos materiais de fontes confiáveis para descrever a situação da China interior na época (Zhang; Li, 2011). Ele narra também a jornada como prisioneiro de piratas, sendo transportado de Guangdong a Pequim, e durante essa longa viagem, passou por incontáveis estradas, rios, vilarejos e cidades, o que lhe permitiu se aprofundar no interior da China e conhecer o país. O verdadeiro alcance geográfico das viagens de Pinto na China ainda é um tema que precisa ser mais investigado, mas *Peregrinação* descreve de maneira impressionante a China do século XVI, uma vasta região que ainda não havia sido alcançada pela expansão oficial portuguesa e que foi ignorada por muitos historiadores portugueses da época. Outro tema central do livro é a busca, imaginação e validação das cidades. O propósito de *Peregrinação* é a jornada, e ela apresenta a transformação substancial promovida pela ação humana, sendo o homem tanto o agente quanto o objeto da mudança. A busca por cidades é o fio condutor da obra, e com isso, vemos que as viagens complexas e intermináveis são apenas etapas inevitáveis no caminho até as cidades, enquanto as florestas, montanhas, castelos, campos, rios e vilarejos representam o processo de busca pelas cidades.

A cidade mencionada é a grande metrópole do Oriente, Pequim. Antes de chegar, o autor já havia feito descrições fascinantes de outras cidades, repletas de cores e detalhes, mas tudo isso servia apenas como preparação e cenário para a entrada do mito urbano de Pequim. Após enumerar quase todas as grandes cidades do Oriente e do Ocidente da época, o autor exclama: Não podemos imaginar Pequim como... qualquer uma das outras grandes cidades, por mais famosa ou populosa que seja... Ouso afirmar que nenhuma dessas cidades pode sequer se comparar ao mais ínfimo detalhe de Pequim (Pinto, 1614). De fato, Pequim é o ponto culminante do livro, onde a exploração e a imaginação se encontram, representando um

complexo organismo onde se entrelaçam política, economia, administração e religião, sendo um depósito de riqueza acumulada e um lugar de convivência de diversas etnias, além de ser o local onde a força de trabalho industrializada poderia emergir.

Em *Peregrinação*, vemos a verdadeira vida e o estado psicológico de um português na China. Muitos estudiosos tentaram confirmar a veracidade dos registros e descrições feitos por Pinto em sua obra (Zhang; Li, 2011). De fato, *Peregrinação* apresenta um estilo que mistura realidade e fantasia. No entanto, o autor acredita que talvez essas investigações não tenham tanta importância, pois, ao interpretar a obra, os detalhes da veracidade já não são tão relevantes. O que realmente importa é que ela reflete o resultado do encontro e do choque cultural entre a China e Portugal no contexto daquela época. O período de contradições e fusões inevitavelmente deu origem a uma obra de sinologia de viagens como essa.

Com a mudança das dinastias, a pesquisa sinológica passou gradualmente de uma abordagem centrada nos relatos de viagens para a Sinologia dos missionários. Na verdade, não existe uma linha de tempo bem definida que separe a sinologia de viagens portuguesa da sinologia missionária (Zhang; Li, 2011). A sinologia de viagens engloba não apenas o gênero específico de diário de viagem, mas também uma ampla variedade de conteúdos e formas literárias, como romances, cartas, relatórios, crônicas, ensaios e outros. Nos séculos XVI e XVII, Portugal produziu muitas obras e documentos sobre a China. No final da dinastia Ming, com o crescimento da economia capitalista e o aprimoramento das técnicas de navegação, missionários europeus começaram a chegar à China, inaugurando uma nova fase nos estudos sinológicos (Zhang; Li, 2011). Durante os séculos XVI a XVIII, os principais centros de estudo da Sinologia na Europa estavam localizados principalmente na Espanha, Portugal e Itália (Gu, 2013).

Na história do desenvolvimento da sinologia ocidental, os missionários portugueses que chegaram à China desempenharam um papel crucial. A maioria deles era jesuíta, e outros eram dominicanos. Embora seu objetivo final fosse a disseminação religiosa, esses missionários passaram longos períodos na China, estando profundamente ligados à vida cotidiana da época. Isso possibilitou um estudo único e detalhado da cultura chinesa. Eles estavam posicionados na interseção entre as culturas chinesa e ocidental e se dedicaram com afinco a apresentar e estudar a cultura chinesa, criando um forte vínculo entre os conteúdos da cultura chinesa e as transformações da história do pensamento ocidental.

O século XVII marcou o início da chamada era de ouro dos missionários em Pequim. Muitos desses missionários tinham ideias inovadoras e grande conhecimento em áreas como

astronomia, matemática e até música, o que os tornava fundamentais nas cortes de Pequim durante os séculos XVI e XVII. Muitos desses missionários faleceram na China, com seus túmulos sendo marcados por inscrições redigidas pessoalmente pelo imperador.

Mais missionários realizaram um trabalho igualmente árduo fora da corte, alcançando resultados igualmente importantes, como o caso de António de Gouvea, que dedicou 41 anos à missão nas províncias do sul da China e escreveu *História das Seis Fases do Desenvolvimento da China*, além de várias outras obras em chinês, latim e português (Dong, 2017).

No livro *Biografias e Bibliografia dos Jesuítas na China*, escrito pelo Jean-Pierre Duval, 157 jesuítas portugueses são mencionados nas biografias, e outros 3 estão listados em uma seção suplementar, totalizando 160 missionários (Duval, 1995). Isso representa mais de um terço das 467 biografias presentes na obra. Esse dado reforça, de maneira indireta, os esforços incansáveis e as contribuições significativas dos jesuítas portugueses na sinologia missionária e no intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente durante o período moderno.

Muitos desses missionários, enquanto se dedicavam intensamente à propagação da religião e da ciência, ou registravam suas observações sobre a sociedade e a corte chinesa em cartas e escritos, ou traduziam os textos filosóficos e culturais chineses para as línguas ocidentais. Essas informações se tornaram uma das principais fontes estáveis e confiáveis por meio das quais o clero e as elites ocidentais conseguiam entender a China na época.

A sinologia missionária teve um papel fundamental nas etapas iniciais da pesquisa sinológica no Ocidente. Os missionários não só registraram suas experiências na China, como também traduziram muitos dos clássicos chineses para latim, francês, português e italiano, contribuindo significativamente para a disseminação da cultura e da língua chinesas na Europa.

No entanto, algumas dessas obras contêm distorções ou interpretações enviesadas da cultura chinesa. Um exemplo disso é a obra monumental *O Império Chinês Completo*, publicada no século XVIII pelo padre francês Jean Baptiste du Halde, que descreve o governo da dinastia Song²¹. Ele retratou os governantes dessa dinastia como grandes patronos da cultura, respeitosos do conhecimento e defensores das classes intelectuais, o que, segundo ele, teria levado à prosperidade cultural do período. Ele descreveu os governantes da dinastia Song como grandes patronos que respeitavam o conhecimento e defendiam a cultura, usando isso como

²¹ A Dinastia Song foi uma das eras mais brilhantes da história chinesa, marcada por grandes avanços culturais, econômicos, científicos e artísticos. Dividida em duas fases: a Song do Norte (960–1127) e a Song do Sul (1127–1279), a dinastia enfrentou desafios militares, mas floresceu internamente, consolidando-se como um período de sofisticação e inovação.

uma prova para apoiar a posição dos jesuítas na China, especialmente nas discussões sobre os rituais chineses (a controvérsia dos rituais chineses), evidenciando assim a posição dos jesuítas (Sun, 2018).

Além dos missionários, alguns estudiosos europeus viveram na China, aprenderam a língua e se envolveram diretamente com a sociedade chinesa, enquanto outros assumiram cargos oficiais e se dedicaram à pesquisa científica. Todos esses indivíduos, seja como missionários ou viajantes, adquiriram uma experiência prática sobre a China, sendo fundamentais para o desenvolvimento da Sinologia no Ocidente. No entanto, também houve estudiosos que, apesar de nunca terem visitado a China ou recebido treinamento formal na língua chinesa, realizaram suas pesquisas baseando-se unicamente nas obras de outros autores sobre a China.

No século XVII, a pesquisa acadêmica ocidental sobre a China começou a se aprofundar gradualmente, impulsionada pela estreita troca entre missionários chineses e estudiosos europeus. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, surgiu uma tendência nas línguas europeias em buscar uma língua universal, e o estudo do chinês alcançou um nível avançado. Nesse contexto, Macau tornou-se um ponto importante para os missionários aprenderem chinês e a cultura chinesa, funcionando como uma importante ponte no intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente (Zhang; Li, 2011).

A posição de destaque de Portugal na história do desenvolvimento da sinologia ocidental é especialmente visível nos períodos da sinologia de viagens e da sinologia missionária (Zhang; Li, 2011). Porém, a partir do século XVIII, com o declínio do império marítimo, o poder e a situação econômica de Portugal também começaram a enfraquecer.

No século XIX, diversos países europeus começaram a se estabelecer na fase da sinologia profissional, com a França criando centros de pesquisa dedicados à China, que contavam com estudiosos renomados. Por outro lado, em Portugal, essa área permaneceu estagnada. Embora a pesquisa europeia sobre a China, na época, fosse marcada por uma grande curiosidade e admiração, tais estudos ainda não possuíam a profundidade e a sistematização dos estudos contemporâneos. No entanto, esses primeiros estudos foram essenciais para o início da sinologia e formaram a base para a pesquisa ocidental sobre a língua e a cultura chinesas nos séculos seguintes.

Em síntese, o intercâmbio entre a China e o Ocidente entrou em uma nova era com a descoberta das novas rotas marítimas. O misterioso e legendário país oriental, antes descrito apenas nos textos, começou a se revelar de maneira mais vívida e dinâmica no imaginário

GUO, Jiayi. Missionários portugueses na China (séculos XVI–XIX) e os primeiros estudos sinológicos ocidental. O desenvolvimento do capitalismo primitivo incentivou os portugueses a buscar riquezas no Oriente, e, nesse processo de exploração contínua do comércio e da navegação, as culturas religiosas, científicas e tecnológicas ocidentais começaram a se entrelaçar com a China. Simultaneamente, a literatura e as artes chinesas começaram a ser disseminadas no Ocidente por meio de traduções. O crescente interesse pelo idioma chinês, aliado ao aumento do número de estudiosos da língua, foi um reflexo desse movimento. Vários países europeus estabeleceram escolas dedicadas ao ensino do chinês, e o intercâmbio cultural entre as duas partes permitiu uma compreensão mais profunda das diferenças culturais. Influenciada por diversos fatores, essa dinâmica propiciou o estabelecimento de um próspero cenário de intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente, um processo que perdura até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, J. M. **The Western Pioneers and Their Discovery of Macao**. Macao: Editora, 1949.
- CHEN, Shangsheng. On the Maritime Trade Supervisorate System in the Ming Dynasty. **Wen Shi Zhe**, Jinan, n. 2, p. 57-63, 1986.
- DAI, Miwei. Histoire des études sinologiques en France. In: REN, Dai (Ed.). **Les études contemporaines de la Chine**. Tradução: Sheng Geng. Beijing: China Social Sciences Press, p. 24, 2004.
- DAI, Yixuan. **Annotations on The Biography of the Portuguese in the Ming History**. Beijing: China Social Sciences Press, 1984.
- DAVID B. Honey. **Incense at the Altar: Pioneering Sinologists and the Development of Classical Chinese Philology**. New Haven, 2001.
- DONG, Shaoxin. **Portuguese Jesuit Antonio de Gouvea and China**. Beijing: Social Sciences Academic Press, dez. 2017.
- DUVAL, Jean-Pierre. **Biographies and Bibliographies of the Jesuits in China**. Beijing: Zhonghua Book Company, 1995.
- EMPEROR of the Ming Dynasty Record. First appeared in 1588. 1. ed. Shanghai: Shanghai Bookstore Publishing House, 2015.
- FENG, Lisheng. **History of Measurement in Ancient China**. Huhehaote: Inner Mongolia University Press, 1995. p. 316.
- FRANKE, W. Herbert. **A Brief Review of European Sinology**. Tradução: Zhihong Hu. Henan: Elephant Press, 2002. p. 81. (International Sinology, v. 7).

GUO, Jiayi. Missionários portugueses na China (séculos XVI–XIX) e os primeiros estudos sinológicos

FUNG, Yin Bong. **Macau: a General Introduction** (em chinês). Hong Kong: Joint Publishing (H.K.) Co. Ltd, 1999.

GOMES, A.L.G. **Esboço da História de Macau (1511-1849)**. Macau: Repartição Provincial dos Serviços de Economia e Estatística Geral, p. 71, 1957.

GU, Jun. The Charm of Early Sinology. **Well-Read**, Beijing, p. 92-94, 2013.

GU, Yanwu. **Records of the Pros and Cons of Prefectures and Counties in the World**. Shanghai: Shanghai Classics Publishing House, p. 119, 2012.

GUO, Shirong; LI, Di. A Brief Discussion on Fu Zuolin's Work in China. **Journal of the Imperial Palace Museum**, n. 4, p. 35-44, 2003.

GUO, Shirong; LI, Di. The Western Astronomer Gao Shensi at the Qing Imperial Observatory. **Journal of Inner Mongolia Normal University (Philosophy and Social Sciences Edition)**, v. 34, n. 2, p. 48-51, 2005.

HE, Qiaoyuan. **Mingshancang. Ming Dynasty**. Fujian: Fujian People's Publishing House, 2010.

HONG, Daron. **Zhanxuan Shu: Wai Ji**. Seoul: Dongyang Printing Co., 1995. p. 247-250. (Volume 7 'Liu Bao Wenda'; Korea Literary Collection Series, v. 248).

HUANG, Chengzhu. **Chronicle of Macau**. Taipei: Chengwen Publishing House, 1968. (v. 1, capítulo Guan Shou).

HUANG, Qinghua. The Relations Between China and Portugal in the Early Period and the Opening of the Port of Macau. **Historical Studies Journal**, Changchun, v.4, 1997.

HUANG, Zuo. **Gazetteer of Guangdong**. 1. ed. Guangdong: Guangdong Provincial Local Chronicles Office, 1997.

LOUREIRO, Rui Manuel. **Cartas dos cativos de Cantão: Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?)**. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1992.

LUO, Peng; FENG, Shang; MENG, Hua. **History of French Culture**. Beijing: Peking University Press, p. 461, 1997.

MEI, Xinyu. A Brief Discussion on Foreign Trade, Silver Standard, and the Monetary and Fiscal System in the Ming Dynasty. **Academic Research**, Guangdong. n. 02, p. 52-59, 1999.

NASCIMENTO, Paulo Jorge Pereira do. República Popular da China – Relações Diplomáticas. **Portal Diplomático**, [S. d.]. Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/republica-popular-da-china>. Acesso em: 18 mar. 2025.

“O PRIMEIRO embaixador europeu à Dinastia Ming – Tomé Pires” para conhecer no Museu do Oriente. **Coolture**, 2019. Disponível em: <https://www.coolture.pt/o-primeiro-embaixador->

GUO, Jiayi. Missionários portugueses na China (séculos XVI–XIX) e os primeiros estudos sinológicos

[europeu-a-dinastia-ming-tome-pires-para-conhecer-no-museu-do-orientel/](#). Acesso em: 22 fev. 2025.

PINTO, Fernão Mendes. **Peregrinação**. Lisboa: Casa da Moeda, 1614.

QU, Chunhai. The Functions of the Officials of the Imperial Observatory During the Qing Dynasty. **Chinese Science and Technology Historical Materials**, n. 3, p. 45-71, 1997.

RODRIGUES, Francisco, SI. **Jesuítas Portugueses Astrónomos na China, 1583-1805**. Macau: I.C.M., 1990. p. 53-55.

SUN, Jian. The Construction of the 'Cultural Precedence over Military' Image of Song Dynasty China in Early Western Sinology: Focusing on Du Hede's General Description of the Chinese Empire. **International Sinology**, v. 2018, n. 2, p. 111-117, 206-207, 2018.

WANG, Wenda; LIU, Xianbing; WU, Huajia. **Macau Anecdotes**. Macau: Macau Education Press, p. 29-30, 2003.

WANG, Xiangrong. **Annotations on the Biography of Japan in the History of the Ming Dynasty**. Chengdu: Bashu Publishing House, 1988.

YIN, Guangren; ZHANG, Ruilin. **Chronicle of Macau**. 1. ed. Macau: Cultural Institute of the Government of the Macao Special Administrative Region, 2009.

YIN, Wenjuan. The Chinese Repository (1832-1851) as the World's First Major Journal of Sinology. **International Sinology**, Beijing, v. 13, n. 2, p. 28-36, 2003.

YIN, Wenjuan. **The Chinese Repository and 19th-century Western Sinology**. Sample Edition, 2018.

ZHANG, Tingyu. **History of the Ming Dynasty – Record of the Portuguese**. Beijing: Zhonghua Book Press, 1974.

ZHANG, Xie. **Notes on Eastern and Western Oceans**. Editado por Fang Xie. Beijing: Zhonghua Book Company, p. 123-125, 2000.

ZHANG, Xiping. **A History of Early European Sinology**. Beijing: Zhonghua Book Company, 2009.

ZHANG, Xiping; LI, X. **Sixteen Lectures on Western Sinology**. Beijing: Foreign Language Teaching and Research Press, 2011.

ZHU, Yafei. The Relations Between China and Portugal in the Ming Dynasty and the Status of Macau. **Historical Studies Journal**, Changchun. v. 1995, n. 4, p. 47-53, 1995.